

Título: Inclusão de estudantes com deficiência na universidade brasileira: desafio permanente em todos os tempos

Profa. Dra. Laura Ceretta Moreira

Para trazer à tona a inclusão de estudantes com deficiência na universidade brasileira é necessário evidenciar uma breve contextualização sobre as políticas públicas educacionais de caráter inclusivo no ensino superior, considerando a trajetória das políticas de acesso e permanência. Neste sentido destacamos o Programa Incluir criado em 2005 pelo MEC, que estimulou a criação de núcleos de acessibilidade nas universidades públicas brasileiras, que passam a se constituir como um importante locus para fomentar políticas institucionais de acesso e permanência aos estudantes que apresentam deficiência.

A partir desses núcleos se organizam políticas e práticas inclusivas, algumas delas, instituindo coordenadorias, que reúnem outros núcleos, como nas áreas indígena, quilombola, racial, de gênero e migrantes, no intuito de estender o conceito de inclusão. Apontamos também que o acesso dos estudantes com deficiência no Brasil se intensificou com a política de reserva de vagas e/ou cotas. Porém com ela, ocorreu também ampliação da reponsabilidade com relação a permanência de qualidade, uma vez que o aumento quantitativo de vagas e ingressantes, não se traduz em sucesso e conclusão acadêmica aos estudantes de modo geral e, em particular, àqueles com deficiência.

A política de reserva de vagas nos cursos técnico de nível médio e superior, instituída nas instituições federais, se deu pela Lei Federal em 2016 (Lei nº 13.409). Apontamos que essa Lei ainda não foi aderida pela totalidade das universidades públicas brasileiras. A título de exemplificação, o ultimo mapeamento realizado em 2020 pela UFPR (Universidade Federal do Paraná), apontou para o número de 142 estudantes matriculados com deficiência e registrou também 106 estudantes já avaliados com altas habilidades/superdotação. Já a UNESP (Universidade Estadual de São Paulo) e a UNIFESP (Universidade de Federal de São Paulo), ambas multicampi, estão

em processo de mapeamento. Até o momento na Unesp foram identificados 26 e na UNIFESP 41 estudantes com deficiência. Esses dados, somado as publicações recentes de órgão nacional de pesquisa (INEP) apontam que ainda não atingimos o patamar de 1% de estudantes com deficiência, se considerarmos o número total de matrícula das instituições. Sabemos que o pequeno percentual indicado está diretamente relacionado ao processo de exclusão que esses alunos passam na educação básica, assentado nas desigualdades sociais e nos insuficientes investimentos financeiros para uma educação de qualidade.

Em que pese, as particularidades das universidades públicas brasileiras é possível apontar que as principais ações e encaminhamentos articulados, para assegurar a permanência dos estudantes em sua maioria, pelos núcleos de acessibilidade ou apoio, se efetivam pela organização de acessibilidades nas provas dos processos seletivos, nas iniciativas de acolhimento aos estudantes por meio de entrevistas e conversas, pelo estudo da documentação da história pregressa clínica e pedagógica dos estudantes, pela coordenação de reuniões com professores que receberão esse alunado, pela organização de relatório de suporte acadêmico, pela efetivação de tutorias, por grupos de convivências, pela organização de material didático com acessibilidade e pela disponibilização de tecnologias assistivas, a partir das condições de cada universidade.

Por fim, quando a pandemia do covid19 chegou ao Brasil, a fragilidade democrática, o quadro de exclusão e de vulnerabilidade de direitos sociais já está posto; as contradições nas sociabilidades, o ataque ao trabalho dos professores e, sobretudo, os cortes orçamentários, em larga escala, às universidades públicas brasileiras já atingiam dimensões inimagináveis. É a partir desta realidade que são suspensos os calendários acadêmicos no mês de março, porém as unidades administrativas e, de maneira mais expressiva, muitas atividades de extensão e pesquisa, continuam sendo exercidas de forma remota.

A pressão governamental para a adoção do ensino remoto, sem considerar as enormes desigualdades sociais dos estudantes toma corpo, todavia, as discussões sobre as garantias para assegurar as condições inclusivas a todos os alunos, passa a ser pautada nas universidades. Particularmente, com relação aos estudantes que apresentam deficiências, muitas de nossas universidades,

neste momento de pandemia, estão realizando levantamentos mais específicos acerca de suas condições socioeconômicas, de seu acesso às tecnologias de informação e de suas necessidades de acessibilidade, no sentido de garantir que sua participação nas inúmeras ações, que as instituições vêm realizando na forma de lives, webinários, seminários, salas de escuta, rede de suporte emocional, atividades culturais e formativas, cursos e aulas remotas possam ser acessíveis. Portanto, a inclusão de estudantes que apresentem deficiências é um desafio permanente, que nos adverte, que a garantia da acessibilidade e do direito a diferença precisa estar assegurando a qualquer tempo.

Título: Inclusión de estudiantes con discapacidad en la universidad brasileña: un desafío permanente en todo momento

Para plantear la inclusión de estudiantes con discapacidad en la universidad brasileña, es necesario resaltar una breve contextualización de las políticas públicas educativas de carácter inclusivo en la educación superior, considerando la trayectoria de las políticas de acceso y permanencia. En este sentido, destacamos el Programa Incluir creado en 2005 por MEC, que estimuló la creación de centros de accesibilidad en las universidades públicas brasileñas, que ahora son un lugar importante para promover políticas institucionales de acceso y permanencia para estudiantes con discapacidades.

Desde estos centros, se organizan políticas y prácticas inclusivas, algunas de ellas, instituyendo coordinadores, que reúnen a otros grupos, como en las áreas indígenas, quilombolas, raciales, de género y migrantes, para extender el concepto de inclusión. También señalamos que el acceso de estudiantes con discapacidades en Brasil se ha intensificado con la política de reservar lugares y / o cuotas. Sin embargo, con esto, también hubo un aumento en la responsabilidad con respecto a la permanencia de la calidad, ya que el aumento cuantitativo de vacantes y nuevos estudiantes no se traduce en éxito y finalización académica para los estudiantes en general y, en particular, para aquellos con discapacidades.

La ley federal de 2016 implementó la política de reservar vacantes en cursos técnicos a nivel de escuela secundaria y universidad, instituidos en instituciones federales (Ley N ° 13.409). Señalamos que esta ley aún no ha sido respetada por todas las universidades públicas brasileñas. Como ejemplo, el último mapeo realizado en 2020 por la UFPR (Universidad Federal de Paraná), señaló el número de 142 estudiantes matriculados con discapacidades y también registró 106 estudiantes ya evaluados con altas habilidades / superdotados. UNESP (Universidad Estatal de São Paulo) y UNIFESP (Universidad Federal de São Paulo), ambos multicampi, están en proceso de mapeo. Hasta ahora en la Unesp, 26 y 41 estudiantes con discapacidades han sido identificados en UNIFESP. Estos datos, agregados a las publicaciones recientes de la agencia nacional de investigación (INEP), indican que aún no hemos alcanzado el nivel del 1% de los estudiantes con discapacidades, considerando el número total de matrículas de las instituciones. Sabemos que el pequeño porcentaje indicado está directamente relacionado con el proceso de exclusión por el que estos estudiantes pasan en la educación básica, basado en las desigualdades sociales y las inversiones financieras insuficientes para una educación de calidad.

A pesar de las particularidades de las universidades públicas brasileñas, es posible señalar que las principales acciones y referencias articuladas, para garantizar la permanencia de los estudiantes, en su mayoría, a través de los núcleos de accesibilidad o apoyo, son efectuados por la organización de la accesibilidad en las pruebas de los procesos de selección, en iniciativas para dar la bienvenida a los estudiantes a través de entrevistas y conversaciones, estudiando la documentación de la historia clínica y pedagógica previa de los estudiantes, coordinando reuniones con los maestros que recibirán a este estudiante, organizando un informe de apoyo académico, haciendo tutoriales, por grupos sociales, la organización de material didáctico con accesibilidad y disponibilidad de tecnologías asistenciales, en función de las condiciones de cada universidad.

Finalmente, cuando la pandemia de covid19 llegó a Brasil, la fragilidad democrática, el marco de exclusión y vulnerabilidad de los derechos sociales ya estaba establecido; Las contradicciones en la sociabilidad, el ataque al trabajo de los docentes y, sobre todo, los recortes presupuestarios, a gran escala, a las universidades públicas brasileñas ya habían alcanzado dimensiones

inimaginables. Es a partir de esta realidad que los calendarios académicos se suspenden en el mes de marzo, sin embargo, las unidades administrativas y, más expresivamente, muchas actividades de extensión e investigación, continúan ejerciéndose de forma remota.

La presión del gobierno para la adopción de la educación remota, sin considerar las enormes desigualdades sociales de los estudiantes, toma forma, sin embargo, las discusiones sobre garantías para garantizar condiciones inclusivas para todos los estudiantes, ahora son guiadas por las universidades. Particularmente con respecto a los estudiantes con discapacidades, muchas de nuestras universidades, en este momento pandémico, están realizando encuestas más específicas sobre sus condiciones socioeconómicas, su acceso a las tecnologías de la información y sus necesidades de accesibilidad, para garantizar que Su participación en las innumerables acciones que las instituciones han llevado a cabo en forma de vidas, seminarios web, seminarios, salas de escucha, red de apoyo emocional, actividades culturales y de capacitación, cursos y clases remotas pueden ser accesibles. Por lo tanto, la inclusión de estudiantes con discapacidades es un desafío permanente, que nos advierte que debe garantizarse la garantía de accesibilidad y el derecho a la diferencia deben garantizarse en cualquier momento.